

INFORMATIVO – JURÍDICO SEMOVE

Notícias

[Tarifa zero nos ônibus avança no país e é debatida por equipe de Lula](#)

“Em 2022, a ideia de tirar a cobrança do transporte público ganha impulso no Brasil. Além de o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), anunciar que analisa a ideia, ao menos 11 cidades passaram a adotá-la e o tema é debatido pela equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). [...] Uma das questões que poderiam ajudar no avanço da proposta, e que precisa ser resolvida na alçada federal, é a do vale-transporte. Hoje, as empresas pagam o benefício só aos funcionários que usam ônibus e trens. Uma das ideias para custear o passe livre é mudar o modelo: as companhias passariam a pagar ao governo uma taxa de transporte para todos os funcionários, sendo que o valor por empregado seria menor do que o gasto atual com o VT. Assim, haveria um aumento de arrecadação, pois, espera-se, mais empresas passariam a contribuir. [...] Os especialistas consideram que poderia se criar uma cesta de várias fontes de recursos para custear a ideia, como verbas de cobrança por estacionamento na rua, pedágio urbano, transferências federais e venda de certificados de potencial construtivo. Até hoje, nenhuma grande metrópole adotou tarifa zero de forma completa, sobretudo porque os custos de manter um sistema para transportar milhões de pessoas por dia são muito elevados. [...] Em Maricá (RJ), a transição rumo à tarifa zero foi mais longa. O processo começou em 2013. A prefeitura optou por criar uma autarquia, a EPT, para implantar a gratuidade. A empresa começou com frota e motoristas próprios, mas hoje também contrata empresas para operar as linhas gratuitas. No entanto, o serviço grátis foi lançado ao mesmo tempo em que outras, cobradas, continuavam operando. Isso levou os operadores dos ônibus pagos a entrar na Justiça para questionar a mudança, gerando um embate que se resolveu só em 2020, quando os contratos de concessão terminaram. A isenção de tarifa é bancada com recursos de royalties do petróleo.”.

Notícias NTU – 28/11/2022

[Governo Federal abre Consulta Pública para debater Projeto de Lei que cria o Marco Legal do Transporte Público](#)

“A maior luta do setor de transporte coletivo urbano ganhou um importante avanço: o Marco Legal que regula o transporte público, projeto que vem sendo construído com participação das principais entidades que atuam na área, foi finalmente finalizado e segue agora para Consulta Pública. O PL nasceu como resposta à crise no setor agravada pela pandemia COVID-19. A minuta do Projeto de Lei que “Institui o Marco Legal do Transporte Público Coletivo e altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana” foi elaborada em um processo iniciado em 2021. Coordenada pelo Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos do Ministério do Desenvolvimento Regional, a proposta teve a iniciativa e participação constante e colaborativa de

entidades como a ANTP (Associação Nacional de Transportes Coletivos), que reuniu em diversos encontros representante das principais organizações. [...] Como ações definidoras, traz princípios, diretrizes, objetivos e definições sobre o Transporte Público Coletivo, além da organização e financiamento dos serviços de transporte, bem como apresenta aspectos sobre a operação, como a contratação de operadores e o regime econômico-financeiro. A Consulta Pública é aberta para contribuições de todas as pessoas interessadas. O processo será realizado de forma eletrônica e ficará disponível entre os dias 28 de novembro de 2022 e 26 de janeiro de 2023, já sob novo governo, que já foi sensibilizado pelas entidades quanto à necessária aprovação da proposta.”

Notícias Diário do Transporte – 28/11/2022

[Prefeitura do Rio de Janeiro realiza novo repasse de R\\$ 13,8 milhões aos consórcios do transporte público urbano](#)

“A Prefeitura do Rio de Janeiro efetuou nesta quarta-feira, 30 de novembro de 2022, um novo pagamento de subsídio direcionado aos consórcios operadores do transporte público urbano na cidade. O pagamento é de R\$ 13.819.135,85 dividido entre os consórcios Santa Cruz, Transcarioca, Internorte e Intersul, fazendo parte da compensação entre a tarifa de remuneração (valor real da passagem) e a tarifa pública (valor pago pelo usuário). Os repasses financeiros estão previstos no acordo judicial assinado em maio de 2022 entre a prefeitura e as empresas de ônibus com a finalidade de diminuir os transtornos enfrentados pelos passageiros.”

Notícias Diário do Transporte – 30/11/2022

[Detro-RJ aplicou em novembro mais de 180 multas em todo o estado](#)

“O Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) aplicou no mês de novembro 186 multas em veículos no território fluminense. As ações tiveram o objetivo de verificar as condições da frota intermunicipal, além de coibir o transporte irregular. Os ônibus intermunicipais foram multados 121 vezes; as vans registraram 18 notificações, e 47 veículos acabaram sendo flagrados realizando transporte ilegal de passageiros. As principais irregularidades flagradas nos ônibus intermunicipais foram o mau estado de conservação, descumprimento do quadro de horários, de portarias e de decretos, além de questões relacionadas a acessibilidade. Já entre as vans intermunicipais o desvio de itinerário e o excesso de passageiros foram as principais irregularidades flagradas.”

Notícias do Governo do Estado do Rio de Janeiro – 01/12/2022

Fontes:

<https://diariodotransporte.com.br/>

<https://www.ntu.org.br/>

<https://www.rj.gov.br/>